

Entregadores/as por aplicativo de Natal-RN: uma classe em si ou para si?

Application deliverers of the Natal-RN: a class in yourself ou for you?

Recebido: 14/11/2022 | **Revisado:** 27/02/2023 | **Aceito:** 07/03/2023 | **Publicado:** 21/06/2023

Eliane Juraski Camillo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6385-6629>

Instituto Federal Santa Catarina
E-mail: juraskicamillo@gmail.com

Dante Henrique Moura

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8457-7461>

Instituto Federal Rio Grande do Norte
E-mail: dantemoura2014@gmail.com

Como citar: CAMILLO, E.J.; MOURA, D. H.. Entregadores/as por aplicativo de Natal-RN: uma classe em si ou para si?. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 23, e14431, 2023. ISSN 2447-1801. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/rbept.2023.14431>



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

A pergunta que moveu a realização desse trabalho foi: Podemos considerar que os/as entregadores/as de aplicativo de Natal-RN e região metropolitana são uma classe em si ou para si? Enquanto que o objetivo do estudo foi problematizar as questões concernentes ao trabalho dos/s entregadores/as de aplicativo de Natal-RN e região metropolitana enquanto membros/as do precariado, auscultando os pormenores que circundam as referidas. Os resultados apontam para uma indefinição da questão, porque movimento histórico que depende dos sujeitos envolvidos/as.

Palavras-chave: Entregadores/as de alimentos por aplicativo; Classe em si; Classe para si.

Abstract

The question that drove the realization of this work was: Can we consider that the application handlers of Natal-RN and the metropolitan region are a class in itself or for themselves? While the objective of the study was to problematize the questions concerning the work of the application deliverers of Natal-RN and the metropolitan region as members of the precariat, listening to the details that surround those referred to. The results point to a lack of definition of the issue, because a historical movement that depends on the subjects involved.

Keywords: Food deliverers by application; Class itself; Class for you.

1 INTRODUZINDO A CONVERSA

O presente artigo está estruturado da seguinte maneira: apresentamos brevemente os referenciais teóricos com os quais dialogamos e que inspiraram o início dessa discussão; em seguida, apresentamos o caminho metodológico percorrido e discutimos os dados produzidos à luz do referencial teórico e do ideário de mais alguns/algumas autores/as que foram, gentilmente, se juntando a nossa reflexão, tomando parte e contribuindo na conversa; e por fim, expressamos as considerações finais.

2 COM QUEM DIALOGAMOS

Entendemos, a partir dos referenciais *marxianos*, que o processo de tomada de consciência coletiva da classe trabalhadora é um problema filosófico (e prático, porque dialético) que se coloca, sendo que, quando essa possibilidade se realiza, acontece a passagem do que se denomina classe em si para classe para si. A essa tomada de consciência associamos a percepção, por parte da classe trabalhadora, das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, e ousamos acrescentar, o embate histórico entre capital e trabalho, em que o primeiro sempre tenta manter o segundo subserviente a si, o que resulta, na (super) exploração do/a trabalhador/a. Ou seja, se a classe trabalhadora visualiza e compreende as contingências do sistema capitalista, se se enxerga enquanto tal como sujeito coletivo explorado pelos capitalistas, detentores do capital, e a partir disso pode desenvolver as condições concretas para a necessária superação, transformando-se, portanto, em sujeito coletivo revolucionário.

Compreendemos, a partir de Standing (2019), outrossim, que os/as entregadores/as por aplicativo – trabalhadores/as *uberizados/as* – podem ser considerados/as como pertencentes ao que o autor denomina de *precarizado*, pois esses/as trabalhadores/as, no presente momento, se encontram excluídos/as das sete formas de garantia e segurança de trabalho, a saber, da garantia de mercado de trabalho, pois as empresas/plataformas não se apresentam como empregadoras, mas como mediadoras entre quem oferta e quem necessita de um serviço, nesse caso, de entregas; garantia de vínculo empregatício, porque os/as entregadores/as sequer são empregados/as dessas empresas, mas *parceiros/as*; segurança no emprego, já que não possuem nenhuma garantia da manutenção da vaga de trabalho, podendo ser bloqueados/as pelo sistema de gestão algorítmica em qualquer tempo e por qualquer razão (e segundo os sujeitos da pesquisa, mesmo sem razão nenhuma); segurança do trabalho, haja vista que não têm nenhum seguro, nem garantias de assistência médica em caso de acidentes, tampouco recebem das empresas/plataformas os EPIs necessários, como máscaras, luvas, álcool em gel, insumos básicos na prevenção do contágio pelo novo coronavírus; garantia de reprodução de habilidades, porque não lhes são oportunizados cursos de formação, nem ao menos recebem, como os/as trabalhadores/as do período do capitalismo industrial, cujos capitalistas eram os donos dos meios de produção, sendo que disponibilizavam aos/às trabalhadores/as os insumos imprescindíveis à realização do trabalho, como EPIs, maquinário, computadores, etc e os/as entregadores/as são obrigados a comprar sua

motocicleta/bicicleta, o aparelho de telefone celular e até a sacola térmica em que transportam os alimentos, contendo o nome das empresas e fazendo propaganda gratuita para as mesmas; segurança de renda, porque não sabem o quanto vão ganhar no dia/semana/mês, haja vista que a política de remuneração e de bonificação é cambiante e, segundo os sujeitos, não é clara/transparente; e, por fim, segurança de representação, pois na maioria das vezes, pelas próprias características do trabalho, não conseguem se organizar em sindicatos, por exemplo.

Mas não são apenas os fatores acima, de acordo com Standing (2019), que demarcam o *preariado*. Há outras questões que os identificam, constituindo-se em desafios a serem enfrentados, que problematizaremos logo adiante, a saber: a **periferização**, a **educação/escolarização**, a **religiosidade**, o **tempo**, a **informação** e a **participação (política)**. O autor vaticina que o *preariado* é ainda uma classe em si, não uma classe para si. Considerando, então, os sujeitos da pesquisa como integrantes do *preariado*, lançamo-nos ao desafio de problematizar e tentarmos responder se os/as entregadores/as de aplicativo, no recorte da pesquisa – Natal-RN e região metropolitana – podem ser considerados/as uma classe em si ou para si.

Parafraseando Esther Solano, organizadora da obra *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil* (2018, p. 8), esse escrito parte e objetiva da/a reflexão, da crítica, da denúncia e da proposta.

3 UM OLHAR SOBRE OS DADOS PRODUZIDOS

Participaram da pesquisa da qual esse artigo é oriundo 29 entregadores/as de aplicativo residentes em Natal-RN e municípios circunvizinhos que fazem parte da região metropolitana da capital potiguar. A pesquisa foi realizada pelas vias da abordagem qualitativa, tendo a entrevista por telefone como ferramenta de produção de dados, em função da impossibilidade de realizar entrevistas em profundidade presencialmente, como inicialmente planejado, já que a mesma aconteceu em meio à pandemia do novo coronavírus, que desencadeou uma crise sanitária sem precedentes no Brasil, sem contar que asseverou uma crise econômica, política e institucional na qual o país se encontra mergulhado.

Dos 29 sujeitos participantes da pesquisa, apenas duas são mulheres, ratificando que a categoria dos/s entregadores/as por aplicativo é predominantemente masculina, em especial no recorte pesquisado. As mulheres participantes confirmaram que o machismo e a masculinidade tóxica são fatores que influenciam fortemente nessa composição por gênero dentre os/as entregadores/as, pois ouvem a todo momento afirmações de que lugar de mulher não é na rua, guiando uma moto, que para aguentar isso precisa ser homem.

Como anunciamos, a **periferização** é algo em grande medida presente entre os/as entregadores/as, já que quase a totalidade dos/as pesquisados/as reside em bairros periféricos. Rememorando o grande Milton Santos (2001), o território não se constitui de uma tela vazia esperando população. Ao contrário, é palco de projetos em disputa, não sendo, obviamente, lugar de neutralidade. No território, ocorrem conflitos, em que as relações de poder são assimétricas, prevalecendo, numa sociedade capitalista, os interesses dos detentores do capital. Dessa forma, portanto, não é sem

razão o fato de um determinado bairro contar com infraestrutura e presença do Estado, e outros, não.

Residir em bairros periféricos traz algumas consequências a esses sujeitos, como o fato de terem uma qualidade de vida inferior ao se comparar com a que é possível em bairros mais centralizados que, via de regra, sempre contam com infraestrutura e serviços públicos, ao passo que na periferia, de acordo com Feltran (2014), o Estado, invariavelmente, chega pelo seu braço truculento da polícia, que materializa uma política de segurança pública muitas vezes violenta, racista, genocida de jovens negros. E isso pode se asseverar, pois para Sabaini (2020), se o Estado não comparece, outras organizações, que podem ser ainda mais tirânicas que a polícia que mata na periferia mesmo durante a pandemia, tomam o seu lugar, como o crime organizado/as milícias, o tráfico de drogas e as igrejas (que comentaremos adiante). Exemplo disso no recorte pesquisado é o fato de um sujeito de pesquisa ter declarado que ele e demais colegas precisam pagar uma espécie de pedágio a traficantes que controlam atividades criminosas em determinados bairros periféricos de Natal para poderem circular nesses locais sem terem maiores problemas. Acrescentou que os colegas que não concordam em fazer esse pagamento, continuamente enfrentam empecilhos para poderem adentrar e trabalhar nesses lugares.

Residir na periferia torna a vida desses sujeitos mais difícil no tocante aos deslocamentos, problemática que a maioria das grandes cidades brasileiras enfrenta. Precisam acordar mais cedo e retornam para suas residências mais tarde em função das maiores distâncias que precisam percorrer, abrindo mão, assim, do precioso/escasso tempo de descanso, de ócio, quase ausente da rotina desses sujeitos, como aprofundaremos mais adiante. Também gastam mais em combustível, no caso dos/as que possuem motocicleta, e em energia física, no caso de quem possui bicicleta, que precisam optar entre fazer um esforço muito maior para pedalar maiores distâncias para poder fazer mais entregas ou pedalar e ganhar menos. Os dois entregadores ciclistas que participaram da pesquisa ilustram bem essas duas situações: um afirmou que pedala em torno de 70 km ao dia para poder fazer mais entregas e garantir uma remuneração diária um pouco maior; outro, que não consegue pedalar tanto, revelou que acaba ganhando muito pouco dinheiro em um dia de trabalho, pois como consegue cobrir uma área muito pequena, acaba fazendo bem menos entregas e as que faz têm uma remuneração bem menor.

E um último desdobramento da *periferização* dentre os/as entregadores/as de Natal-RN e região metropolitana que focalizaremos é o adensamento e coabitação de habitação, arranjo atinente à moradia, comum nas periferias brasileiras. Esse arranjo habitacional se faz presente e emergente entre os sujeitos, pois, como têm uma baixa remuneração pelo seu trabalho, não conseguem alçar uma independência/autonomia financeira que lhes permita morar melhor, com mais qualidade, espaço e em locais mais favorecidos do ponto de vista estrutural e de serviços. Além de incidir negativamente na qualidade de vida propriamente dita, esses arranjos habitacionais praticamente inviabilizaram o isolamento social, ação capaz de frear a disseminação do coronavírus, o que deixou esses sujeitos mais suscetíveis à infecção.

Consideramos que a questão da *periferização*, presente em grande medida entre os/as entregadores/as é, concomitantemente, um fator que obstaculiza e favorece a passagem de classe em si para classe para si. Ao passo que dificulta o pleno acesso desses sujeitos a bens e serviços, como a educação, por exemplo,

essencial para o pleno desenvolvimento humano, como veremos, e algo essencial para alavancar processos de tomada de consciência. Também, por exigir mais tempo nos deslocamentos, pode suprimir dos sujeitos o tempo necessário para a luta, para o coletivo, como enunciou um dos sujeitos entrevistados. E pode ser combustível que favoreça a passagem dos sujeitos de classe em si para classe para si pois, por sofrerem as opressões oriundas de pertencer a esse espaço, e na presença de processos de tomada de consciência, esses/as sujeitos/as, rememorando Marx, poderão partir para a ação revolucionária e verem que nada mais têm a perder a não ser seus agulhões.

No quesito **escolarização/educação**, dos 29 sujeitos, apenas um está cursando ensino superior, enquanto que 10 possuem ensino médio completo e 18 possuem ensino fundamental completo. Isto é, a maioria não completou a educação básica, demonstrando percursos de vida de pouca escolaridade. Se nem ao menos o problema da universalização do acesso à educação esteja plenamente resolvida no país, especialmente no ensino médio e superior, níveis em que gradativamente a problemática do acesso aumenta consideravelmente, embora nos governos Lula e Dilma tivemos um inegável avanço dessa questão, a permanência, o êxito e a qualidade socialmente referenciada são matérias ainda mais problemáticas.

No Brasil, segundo um rol de autores/as, a educação de um modo geral, sempre foi marcada, desde os seus primórdios, pela dualidade estrutural. Ou seja, uma educação que objetivava permitir aos/às estudantes oriundos/as da elite acesso aos conhecimentos historicamente produzidos e acumulados, permitindo que progredissem sem obstáculos em sua caminhada formativa, munindo-os/as de condições que favorecessem ascender aos mais altos níveis de intelectualidade. Já para a classe trabalhadora, via de regra, sempre foi destinada uma educação parcimoniosa, que de acordo com os diferentes períodos de organização do processo produtivo, permitiam unicamente acesso aos conhecimentos essenciais para o saber fazer, para o desenvolvimento de funções específicas no mercado de trabalho.

Mesmo recentemente, período em que a problemática do acesso tenha visivelmente melhorado conforme assinalado anteriormente, entre avanços e retrocessos advindos da sucessão de diferentes políticas educacionais de Estado e de governo – sendo esse, aliás, um grande problema que emperra o avanço da educação no Brasil, segundo Santos (2013) – a dualidade permanece, como assinala Libâneo (2012), ao versar que a escola brasileira tem melhorado os níveis de ingresso, porém agravado as desigualdades de acesso ao saber para todos e todas, ao primar por cumprir funções assistenciais. Nóvoa (2009) chama o fenômeno de escola de duas velocidades: uma que serve como centro social de acolhimento para os pobres, destinando a esses uma educação pobre; e outra reservada aos/às filhos/as dos ricos e que lhes instrumentaliza a continuar pertencendo às elites, a classe dirigente da/na sociedade.

Segundo Standing (2019), estamos vivenciando um agudo processo de *mercadorização* da educação. Os ideais do Iluminismo vêm sendo gradativamente abandonados em nome de uma educação a serviço do capital humano e da empregabilidade, cada vez mais globalizada e alinhada ao mercado. A educação superior, por seu turno, se encontra cada vez mais cara, esvaziada e em descompasso com o mercado de trabalho, que se estrutura cada vez menos com profissões duradouras e cada vez mais com ocupações simplórias, que não exigirão nível superior. Ou seja, temos uma educação cada vez mais identificada como um

negócio, difundida, prioritariamente, via EaD, sendo que a pandemia pode estar servindo como um laboratório de testes para que a presença dessa modalidade de ensino – e optamos, aqui, pela palavra ensino, não educação, porque a última é muito mais ampla e impossível de se realizar em toda a sua possibilidade e potencialidade a distância – se interponha mais abruptamente.

Standing (2019) também problematiza as questões curriculares, concernentes a uma tendência de super simplificação da educação, com oferta de curso e componentes curriculares cada vez menos alinhados com os ideais iluministas e mais perfilados com crenças e superstições, como Gestão de estilo de vida, Aromaterapia, Cromoterapia. Como docentes atuantes na Rede Federal, por outro lado, asseguramos que são fartos os cursos e componentes curriculares que se ocupam em propalar o ideário neoliberal, atuando no convencimento dos/as estudantes – das juventudes, em sua maioria – a aceitarem passivamente tais ditames. Falamos aqui, sobretudo, dos cursos e unidades curriculares de/sobre empreendedorismo, que transferem para os ombros das juventudes a responsabilidade pela sua empregabilidade ou, na falta dela, haja vista que os empregos de longo prazo, formais e com direitos trabalhistas estão sendo erodidos no atual estado de metamorfose do modo de produção capitalista, sob a égide do capital pandêmico (ANTUNES, 2020); sugerem que sejam empreendedores/as e, caso fracassarem, como ocorre em grande medida, serão os/as únicos/as responsáveis, isentando o modo de produção capitalista de suas responsabilidades para com o trabalho.

Standing (2019) também aponta que, sob o diapasão da educação *mercadorizada*, está ocorrendo uma predileção por cursos de natureza utilitarista, ao passo que há uma desconsideração com as ciências não instrumentais, como as ciências humanas e sociais, por exemplo, que vêm perdendo investimentos públicos em educação no Brasil. Essa separação educacional, representada por sistemas *mercadorizados*, vêm contribuindo para formar e fomentar uma pequena elite privilegiada, uma pequena classe trabalhadora técnica e um *precarizado* crescente.

Vimos, portanto, que os sujeitos de pesquisa possuem baixa escolarização, o que demonstra que o acesso, bem como a permanência e o êxito aos/nos sistemas educacionais brasileiros ainda são insuficientes. Indubitavelmente, a referida é um fator de extrema importância no sentido de que os/as entregadores/as possam alçar o *status* de uma classe para si, sendo de preponderância, nessa empreitada, o papel da educação *integral/omnilateral*, que vise o pleno desenvolvimento humano e não apenas que prepare para o mercado de trabalho. Para tal, urge a luta ou a continuidade dela em direção ao pleno acesso à educação de qualidade socialmente referenciada, concomitante ao repúdio veemente à educação *mercadorizada*, sinônima de alienação. Logo, somente com pleno acesso à educação, na perspectiva apontada, esses sujeitos poderão acessar as ferramentas necessárias para se tornarem uma classe para si.

Sobressaiu-se, durante a produção de dados, a reiterada referência à **religião** pelos sujeitos, mesmo não tendo interrogado sobre em nenhum questionamento feito. Espontaneamente, parte considerável dos/as entregadores/as acabavam por mencioná-la e comentá-la, fato que fez com que a religiosidade (exacerbada, por assim dizer), tenha sido eleita para ser objeto de atenção dessa discussão, examinando seu papel na temática em análise, especialmente no atual contexto brasileiro, em que não poderíamos nos furtar de nos debruçar sobre o assunto.

A maioria dos sujeitos que falou sobre religião, manifestou que integra/participa de igrejas evangélicas. Seis sujeitos passaram a discorrer longa e alegremente, durante a entrevista, o quanto se sentiam bem e felizes ao participar dessas instituições e o quanto respeitavam e acreditavam no pastor, para eles uma pessoa iluminada, digna de confiança, que poderiam acreditar de olhos fechados, já que as opiniões, recomendações ou prescrições eram dadas em vários temas da vida (família, educação dos/as filhos/as, relacionamento conjugal, política) e sempre tinham razão, estavam pretensamente do lado do bem e da verdade.

Um desses chegou a revelar que já foi usuário de entorpecentes e que estava perdido na vida, mas que quando decidiu fazer parte da igreja evangélica, sua vida mudou totalmente, pois encontrou Jesus e se tornou um homem de verdade e hoje tudo o que tem e é deve ao pastor, pois graças a ele, conseguiu se livrar das drogas. O relato pode ser enquadrado no que Bauman (2005) denomina de subclasse, que para o autor são as identidades subjugadas, empurradas para uma espécie de fosso social, haja vista que não são aceitas pela totalidade (como mães solteiras/mães solo e usuários de drogas). Para a subclasse, segundo Agamben (2010 e 2011), a *bios* – vida de um/a sujeito/a, socialmente reconhecida, reduziu-se a *zöe* – vida animal, biológica. Dessa forma, na ânsia de ser novamente reconhecido socialmente como homem de verdade, aceito por uma totalidade, no caso o grupo ou comunidade que compõe a igreja, esse sujeito passa a venerar a figura do pastor, que segundo ele foi o responsável pelo milagre de tê-lo feito largar das drogas, passando a segui-lo incondicionalmente nas mais diversas questões que abarcam os mais variados âmbitos da vida, até mesmo os de foro mais íntimo (como família, relacionamentos e criação/educação dos filhos), ou então, como ele mesmo declarou, seguir as sugestões de voto em determinados candidatos em eleições, o que é extremamente preocupante.

Em síntese, os evangélicos, na esfera das religiões neopentecostais, foi um dos grupos responsável pela eleição de Bolsonaro. Pela agenda que defendem, não é difícil concluir que tentam proteger única e exclusivamente a manutenção do *status quo* e de seus interesses privados, o que inclui benefícios econômicos/financeiros. A militância na salvaguarda dos costumes é um dos pilares que tenta, a todo custo, conservar princípios calcados na desigualdade e injustiça social. E conseguem base de apoio para esses projetos, de eleger um presidente da república, inclusive, arregimentando pessoas, especialmente das subclasses, como aludido, estabelecendo uma relação de dependência, de vassalagem. Desse modo, podemos considerar que a presença da religiosidade exacerbada dentre os sujeitos, sobretudo representada pelo pertencimento a igrejas dessa orientação, é um fator que deveras obstaculiza a passagem dos/as entregadores/as de classe em si para classe para si porque alienante, porque engendra a submissão, porque leva as pessoas a acreditarem em uma suposta revelação divina, em lugar de desenvolver uma postura questionadora da realidade, crítica, condição *sine qua non* para a gênese dos processos de tomada de consciência.

Entre 11 e 20 horas diárias! Essa é a quantidade de **tempo** que os/as entregadores/as participantes da pesquisa da qual resultou esse artigo precisam dedicar ao trabalho para poderem ter uma remuneração que minimamente os permitam produzir sua existência e a de seu grupo familiar ou grupo com o qual residem/vivem. Dedicam, portanto, mais horas diárias ao trabalho do que em média

fazem os/as trabalhadores/as formalizados/as, que invariavelmente trabalham por 8 horas.

Para Standing (2019), a relação do *preariado* com o tempo é seriamente conturbada. Acontece que a sociedade de mercado global está mudando radicalmente a nossa percepção do tempo. Antes da Revolução Industrial, nas sociedades agrárias, o tempo ou a passagem dele, estava fortemente atrelado a eventos naturais, como safra, plantio, colheita, enchentes, secas. Com a industrialização, isso muda drasticamente e o tempo passa a ser regulado pelo relógio. A partir de então, e com acirramento na sociedade globalizada, o consenso mais ou menos construído em torno do entendimento de relógio biológico – associar o dia com a luz natural ao trabalho e a noite/escuro ao descanso – é constantemente desrespeitado, para não dizer abrupta e frontalmente rompido. Os sujeitos exemplificam bem isso, pois trabalham tanto durante a luz do dia quanto na escuridão da noite, não podendo se dar ao luxo de escolher por trabalhar apenas por 8 horas do decurso do dia, no horário tido como comercial e poderem descansar à noite ou vice-versa.

Outra mudança diz respeito a como tratamos o tempo. Na sociedade industrial ou a partir dela, o funcionamento da mesma era baseada em blocos de tempo. Ou seja, a pessoa tinha um período de tempo no decurso de sua vida para a escolarização, outro (grande) para dedicar à vida produtiva trabalhando, e um (pequeno) período para a aposentadoria, para ter o direito, depois de passar por essas etapas, de poder recolher-se aos seus aposentos. O período do dia também era dividido entre o trabalho e o não trabalho (ou ao ficar em casa), já que houve, também, a separação entre o lugar de trabalho e o de não trabalho, da diversão e do trabalho, que também eram separados. Os/As entregadores/as pesquisados/as, e consideramos que seja possível generalizar para a totalidade dos/as entregadores/as, já não tratam o tempo dessa forma, nem no que se refere ao seu tempo de vida, muito menos ao tempo do dia, como dito acima. Quanto ao primeiro, como comumente acontece com as classes menos favorecidas no Brasil, e podemos afirmar, com o *preariado*, precisam abreviar o seu tempo de escolarização (já vimos anteriormente que esse tempo é reduzido), alargar ainda mais o já longo período de tempo dedicado ao trabalho e reduzir ou eliminar o tempo de aposentadoria, haja vista que, com a reforma da previdência (Emenda Constitucional 103), que torna mais rígidas as regras de acesso à seguridade social, esses/as trabalhadores/as dificilmente poderão alcançar esse benefício.

O autor em voga apresenta o conceito de local de trabalho terciário e tempo terciário como desdobramentos da forma com que a sociedade globalizada trata o tempo. Para o primeiro, borra-se o lugar de trabalho e não trabalho e, com isso, acaba se trabalhando mais, pois o trabalho já invade os lares, particularmente e mais exacerbadamente no contexto da pandemia no novo coronavírus, quando muitas categorias passaram a trabalhar em regime de teletrabalho ou em *home office*, sendo que a tendência, segundo Antunes (2020), é que um grande número desses ficarão trabalhando dessa forma definitivamente. Para os/as entregadores/as, o local de trabalho é a rua, local em que passam a maior parte do dia. A casa ou o ir para casa, para os homens em particular, significa ir dormir um pouco, descansar para no outro dia rodar novamente. Para as mulheres participantes da pesquisa, ir para casa significa mais um turno de trabalho realizando afazeres domésticos antes de poderem, enfim, descansar. No que se refere ao tempo terciário, o autor advoga que o tempo

de trabalho tem invadido cada vez mais o tempo de não trabalho, e nossos sujeitos de pesquisa ilustram isso muito claramente.

Standing (2019) também fala sobre o trabalho por tarefa, o que incide frontalmente na quantidade e na qualidade do tempo para o *preariado*. Atualmente, há um número crescente de tarefas que o *preariado* precisa fazer, desde as relacionadas com a burocracia, com o autosserviço, com gestão financeira (já que não podem pagar para um profissional fazer isso) e com o cuidado.

Quanto ao último, vários sujeitos disseram ser responsáveis por cuidar de e/ou prover financeiramente idosos/as e deficientes da família. O sujeito que revelou trabalhar em torno de 20 horas por dia responsabiliza-se financeiramente pela companheira – desempregada – por 3 filhos e pela mãe idosa, que recebia benefício do INSS e que fora cancelado após a reforma da previdência. Em relação ao cuidado de si, esse também é problemático, tanto em função da escassez financeira quanto da exiguidade do tempo. Um sujeito declarou que tem enfrentado problemas com depressão, mas não tem conseguido se cuidar adequadamente, pois o atendimento no sistema de saúde público é demorado/lento e não consegue pagar por tratamento psicológico e psiquiátrico. Então, acaba por fazer o tratamento parcialmente, optando por apenas comprar os remédios, o que, segundo seu julgamento, é mais rápido no enfrentamento à doença. Outro, disse sofrer da coluna, por ficar muitas horas do dia em cima da motocicleta para trabalhar, mas apenas procura atendimento médico quando tem crises muito fortes, pois falta tempo e dinheiro para fazer o tratamento da forma prescrita pelo médico. O mesmo narrou outro sujeito, que disse precisar de tratamento dentário, mas que não consegue fazer no sistema público de saúde, e a falta de tempo e carência de dinheiro fazem com que tenha de abdicar dos cuidados dentários, precisando conviver frequentemente com dores de dente.

Para dar conta de tudo isso, no caso específico de nossos sujeitos, de tantas horas de trabalho mais as tarefas citadas, geralmente é necessário eliminar atividades que têm valor social ou pessoal, o que invariavelmente contribui para a deterioração da existência. No contexto da multitarefa, ganha relevo a nefasta retórica do fazer mais com menos. Os próprios sujeitos reconhecem viver um desequilíbrio entre o tempo de trabalho e o tempo de ócio, admitindo que vivem um estado de arrocho do ócio, em que a balança está pendida para o trabalho. Dizem, unanimemente, se sentirem quase sempre cansados/as, não tendo tempo de fazerem outras atividades das quais gostam e no pouco tempo livre que têm, acabam optando por atividades passivas, como mexer no celular.

Hodiernamente, para Standing (2019), o verdadeiro ócio, que em conformidade com Dumazedier (1979) pode ser, grosso modo, definido pelo ter tempo para os 3 “Ds” – descanso, diversão e desenvolvimento –, enfrenta um triplo arrocho. O primeiro corresponde à dificuldade que o *preariado* enfrenta na participação da vida artística e cultural, que requer tempo de qualidade. Sem contar, que há cada vez mais a supressão desses espaços da esfera pública, fazendo com que apenas quem possa pagar tenha o direito de usufruir. Natal exemplifica isso muito bem para os moldes de uma capital, pois apresenta um *déficit* desses espaços, concomitantemente a uma degradação dos poucos que ainda estão em funcionamento, o que dificulta o acesso do *preariado* – e dos sujeitos da pesquisa – a esses espaços.

O segundo caso de arrocho do ócio é representado pela atual situação da educação, anteriormente discutida, uma das vias de realização do ócio criativo ou do

ócio enquanto desenvolvimento, segundo a acepção *dumazedieriana*. Uma educação cada vez mais pragmática e *mercadorizada* impede o livre fruir do pensamento.

A terceira situação de arrocho do ócio diz respeito à exclusão do *preariado* do espaço da ação do/a cidadão/ã, ou seja, da participação na vida política, que em breve aprofundaremos, pela falta de tempo para tal e por não se sentirem qualificados/as, deixando essa tarefa para os especialistas ou para os técnicos (no masculino, pois geralmente o são). Um grupo de sujeitos entrevistados/as pertencentes aos entregadores antifascistas de Natal (aqui também apenas no masculino, já que disseram que as mulheres entregadoras, além de poucas em número, estão muito receosas de participar desse grupo, temendo perseguições e retaliações) disse que encontram imensa dificuldade em se organizarem coletivamente com os/as colegas, participarem de reuniões, palestras, enfim, atividades variadas que essa escolha exige, de estar constantemente em diálogo com o coletivo, procurando conscientizar a todos/as que são trabalhadores/as explorados/as e não empreendedores/as, como as empresas/plataformas querem fazer crer e realmente há um número considerável de entregadores que assim se percebem. Essas dificuldades estão associadas principalmente à falta de tempo – ou a falta de ócio – para realizarem tais atividades, pois trabalhando as horas diárias que trabalham, fica muito difícil encontrar tempo para a organização coletiva e, quando encontram, subtraindo-o inclusive do descanso, do sono, esse tempo é pobre de qualidade e acabam não tendo os resultados que esperam, já que, como aludiu um dos entregadores antifascistas, ninguém cria consciência de classe com sono, desmaiando de cansaço. Esse mesmo sujeito ainda acrescentou que o tempo de espera entre uma entrega e outra, que pode variar entre alguns minutos e até longas horas, acaba por ser o que ele denomina de um tempo perdido, um tempo morto, pois não pode ser aproveitado para muita coisa, muito menos para encontros com os/as companheiros/as, pois enquanto um/uma espera, outro/a sai para entrega e assim sucessivamente. Não se pode começar coisas de significância nesse tempo, pois certamente ficará inacabado. É um tempo de ócio tedioso, porque geralmente se fica a matar tempo.

Em resumo, o *preariado*, e os sujeitos, não têm controle sobre seu próprio tempo, já que precisam trabalhar por longos períodos, realizar várias tarefas e estarem sempre disponíveis. Essa falta de controle do tempo está associada ao arrocho do ócio em suas três dimensões, como vimos, o que dificulta a organização e a ação coletiva. Sem essa condição primordial, a de ter tempo para, a passagem dos/as entregadores/as de classe em si para classe para si pode ficar seriamente comprometida.

A exemplo do que ocorre com o tempo, como vimos, uma parcela significativa dos/as entregadores/as pesquisados/as mantém uma relação complicada com a **informação**. Questionados/as sobre a frequência com que se informam acerca de temas como situação política e econômica do país, pandemia do novo coronavírus, por exemplo, a maioria expressou que não busca se informar sobre com muita regularidade, seja porque quando fazem as notícias geralmente são ruins, seja porque se sentem confusos/as e desorientados/as diante das informações. O meio mais citado em que buscam por informações foram as redes sociais, como o *whatsapp* e o *facebook*, sendo que os jornais, os noticiários e *sites* diversos da *internet* foram pouco mencionados.

Para se ter uma dimensão do nível de informação dos sujeitos, perguntamos o que sabiam sobre o coronavírus. As respostas foram muito variadas e apontam para a forte presença de desinformação, haja vista que muitos adotaram uma postura negacionista, alegando, a exemplo da figura que ocupa a presidência da república, que se trata apenas de uma gripezinha. Na mesma direção, alguns (somente masculino) revelaram que não tomam os cuidados como usar sempre máscara e higienizar as mãos com água e sabão ou álcool em gel e evitar aglomerações. Esses ainda se posicionaram contrários ao isolamento social como forma de evitar a disseminação do vírus e revelaram que não têm medo da doença porque confiam na eficácia da cloroquina e da ivermectina, medicamentos propagandeados pelo governo federal e sem eficácia científica comprovada no enfrentamento a Covid-19. Um sujeito, inclusive, revelou usar a ivermectina de forma preventiva.

Para termos uma ideia sobre o acompanhamento ou não de informações que consideramos de relevância para o/a trabalhador/a e defesa de seus direitos, questionei se acompanharam os processos que culminaram na aprovação da reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que modificou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de maneira profunda e retirou direitos dos trabalhadores/as, feita pelo governo Temer; e da reforma da previdência social, Emenda Constitucional nº 103/2019, que modificou e dificultou o acesso à seguridade social, feita pelo atual (des)governo. Apenas um diminuto número de sujeitos acompanhou esses dois importantíssimos eventos para a classe trabalhadora e têm plena ciência do que eles significam para os trabalhadores – a significativa perda de direitos para o/a trabalhador/a –. Esses sujeitos são os entregadores antifascistas. O grupo que se percebe como empreendedor, ou não acompanhou esses dois eventos nada disseram saber sobre isso, ou então discorreram longamente sobre os referidos instrumentos legais, dizendo concordar com seu teor, pois, segundo eles, o excesso de direitos para o/a trabalhador/a é algo que penaliza os empresários, diminui os empregos e acostuma mal o/a trabalhador/a, que passa a se preocupar somente com direitos e esquece de trabalhar. Logo, defendem a ausência de direitos para o/a trabalhador/a e que cada um/uma deve empreender e se virar. Pensamento análogo sustentam sobre o acesso à previdência social, ao declarar que cada trabalhador/a deveria pagar pela previdência, se quiser tê-la, não devendo ser de responsabilidade do Estado, mostrando-se, portanto, defensores do Estado mínimo. Outro grupo, ainda, que não se denomina nem antifascista nem empreendedor, apresentou saber informações errôneas, confusas e/ou conflitantes para os dois temas. Concluímos, para esses dois acontecimentos, que apenas o pequeno grupo de entregadores antifascistas os acompanhou efetivamente e sabe discernir o significado e as consequências nefastas para o/a trabalhador/a. O grupo dos que se percebem como empreendedores possui uma alta identificação com o opressor, ao se posicionar contrariamente a direitos trabalhistas – a seus próprios direitos, pois são trabalhadores – e previdenciários; e o grupo intermediário se mostrou muito desinformado e confuso acerca dos dois acontecimentos.

O fato de se informarem prioritariamente através das redes sociais, desconfiando da grande mídia, possui implicações para a qualidade da informação que esses sujeitos acessam. Para Gallego (2018), ao pesquisar o comportamento de grupos bolsonaristas, as pessoas preferem as redes sociais para se informar porque as notícias chegam até elas por intermédio de redes afetivas, familiares, de confiança. Hipoteticamente, se uma informação chega para uma pessoa compartilhada por

um/uma familiar seu/sua, em tese, quem acessa/recebe essa notícia confia nela porque confia em quem a compartilhou, pensando que jamais o/a familiar ou pessoa por quem tem afetos compartilharia uma notícia falsa, uma *fake news*. Na prática, não é o que ocorre. Grupos interessados em disseminar essas *fake news* se utilizam exatamente dessas redes de confiança para fazerem circular as narrativas que desejam ser aceitas como verdades irrefutáveis. Tanto que, quando perguntei se costumam checar, conferir as notícias que recebem pelas redes sociais antes de compartilhá-las com suas redes, a grande maioria disse não fazer isso por não considerarem necessário fazê-lo, pois, para eles, se o familiar ou amigo/a enviou, é porque a notícia é verdadeira e por acreditarem que essa pessoa próxima jamais enviaria algo que não fosse verídico.

Essa postura diante da informação é complicada e obstaculiza a passagem de classe em si para classe para si, porque de acordo com Bordenave (1994), a informação é condição primeira, essencial para que as pessoas, no caso os/as entregadores/as, possam participar efetivamente da sociedade e dos processos políticos e de tomada de decisão que lhes são de interesse, pois se munidos de informação correta e de qualidade, estarão, indubitavelmente, mais bem instrumentalizados/as para tomar parte nesses/desses processos. Do contrário, quando mal informados/as e/ou desinformados/as, terão maior dificuldade em se assumirem enquanto sujeitos históricos ativos na definição dos rumos de suas vidas e de sua classe, podendo servir de massa de manobra aos interesses dos grupos dominantes que apenas se interessam em garantir a defesa de seus interesses, que não coincidem com os interesses dos/as trabalhadores/as. O posicionamento do grupo que se percebe como empreendedor ilustra muito bem isso, pois são meritocráticos e contrários a direitos para os/as trabalhadores/as, quando eles mesmos não pertencem às elites dominantes e não usufruem das benesses que essa camada usufrui e por serem trabalhadores/as, acabam se posicionando contra si próprios e fazendo um desserviço para a classe.

Se a informação é condição precípua para a **participação (política)** e se os sujeitos mantêm uma relação ou uma postura problemática para com a primeira, podemos afirmar que, da mesma forma, ocorre com a segunda. Isto é, a participação (política) também se constitui em algo melindroso para os sujeitos ou para parte significativa deles/as.

As entregadoras disseram não terem participado, por exemplo, das duas greves da categoria (ocorridas em 01 e 25 de julho de 2020), por terem receio de perseguições e retaliações. Sobre esses dois eventos, um grupo, dos entregadores antifascistas, participou ativamente na concepção, preparação e atividades de ambos os dias; enquanto que os entregadores que se percebem como empreendedores disseram não participar das greves e até considerarem bom que alguns entregadores pararam de trabalhar nessas datas, pois assim sobrou mais entregas para fazerem e ganharam mais dinheiro nesses dias. Essa postura vai ao encontro do que alude Solano (*in* VENTURI, *et al*, 2019) em pesquisa feita com eleitores bolsonaristas, em que predominou a narrativa da meritocracia e o culto ao hiperindividualismo, com desprezo à política, negação do coletivismo e o esforço pessoal como caminho a ser trilhado.

Questionados/as se participam de algum espaço como associação de moradores/as de bairro, sindicato, partido político, dentre outros, apenas alguns sujeitos pertencentes ao grupo dos entregadores antifascistas informaram participar,

em especial o sujeito que está cursando graduação disse participar de agremiação estudantil na instituição em que estuda. A participação nesses espaços é importante porque permite aos/às participantes conhecer melhor os contextos em que estão inseridos, as problemáticas de cada realidade, os processos decisórios, as lutas, bem como pode ser considerado um ótimo espaço de exercício da cidadania, ao passo que estar ausente desses espaços limita essa dinâmica.

Destacamos que alguns sujeitos, oriundos de municípios interioranos, seja do estado do Rio Grande do Norte ou de outros estados da região Nordeste, mesmo sem haver questionamento específico sobre, proferiram (alguns até com uma nota de orgulho na voz ao explanar) que há algum tempo não votam em eleições por ainda não terem transferido o domicílio eleitoral de suas cidades para Natal ou municípios circunvizinhos, embora já há tempo residindo neles e que fazem isso deliberadamente, por não acreditarem mais nos políticos e na política.

Esses sujeitos, segundo Castells (2018), são a expressão da crise da democracia liberal, manifestada pela ruptura entre governantes e governados, cuja desconfiança nos políticos e nas instituições é um dos principais sintomas. Uma das consequências disso, em conformidade com Standing (2019), é o engendramento de um estado de apatia e descompromisso político do/no *preariado*, fazendo com que, em muitos ensejos, acabem sendo atraídos por populistas e/ou *neofascistas*, o que faz com que esse autor considere o *preariado* uma classe perigosa.

Em suma, no tocante à participação (política), apenas o pequeno grupo de entregadores antifascistas se mostrou consciente da sua necessidade no sentido de fazerem enfrentamento à alienação e na construção utópica de melhores condições de trabalho e de vida para os/as entregadores/as, embora o fator tempo, como vimos anteriormente, dificulte bastante essas articulações.

4 PALAVRAS FINAIS

Examinamos a categoria *periferização*, já que a maioria absoluta dos sujeitos da pesquisa da qual resultou esse artigo residem nas periferias de Natal-RN, sendo que esse fato traz muitas implicações para esses/as entregadores/as, sua qualidade de vida e a forma como acessam ou não os serviços públicos, como o adensamento e a coabitação de moradia, mais gasto de tempo e dinheiro nos deslocamentos e dificuldade de acesso aos serviços públicos de qualidade.

Vimos que os sujeitos possuem pouca **escolarização**, o que revela que o acesso, a permanência e o êxito desses/as trabalhadores/as, como também do *preariado* em geral, à educação é problemática. Criticamos veementemente a dualidade histórica da educação no Brasil, bem como a sua *mercadorização*, por entendermos que ambas atravancam o processo de tomada de consciência acerca das realidades opressoras que constituem o modo de produção capitalistas.

Apontamos, dentre os sujeitos, a presença da **religiosidade** exacerbada, representada por entregadores que revelaram pertencer a igrejas evangélicas e seguir incondicionalmente as orientações/prescrições dos pastores, mesmo em temas como relacionamentos, educação dos filhos e política e do quão nefasta essa submissão é

ao engendrar um nível de consciência que aceita passivamente o que lhe é apresentado, em lugar de sempre questionar a realidade.

No tocante ao **tempo**, ratificamos que os/as entregadores/as precisam trabalhar um número excessivo de horas diárias (11 a 20) para conseguirem uma remuneração que permita que minimamente produzam a sua existência e a das pessoas de seu grupo familiar. Por terem um grande número de tarefas sob suas responsabilidades, vivem um estado de arrocho do ócio, que prejudica a sua vivência nas suas três dimensões, descanso, diversão e principalmente, desenvolvimento, que se relaciona em grande medida a processos de superação da alienação e tomada de consciência.

No que concerne à **informação**, a maioria dos/as entregadores/as, especialmente os que se reconhecem como empreendedores, disse utilizar as redes sociais para se informar por acreditarem que seus círculos mais próximos não compartilharão notícias falsas, demonstrando desconfiança na grande mídia. Revelaram, maiormente, não checar as notícias que recebem antes de compartilhá-las, como também não acompanhar informações que consideramos de preponderância para a classe trabalhadora em geral, ao manifestar desconhecimento e/ou desinformação sobre temas como a reforma trabalhista, reforma da previdência e a pandemia do novo coronavírus. Esse grupo se mostrou em grande medida suscetível às *fake news*.

Sobre a **participação (política)**, enquanto o grupo representado pelos entregadores antifascistas procura participar ativamente de espaços coletivos, bem como organizar a classe, o grupo que se percebe como empreendedores revelou não participar de entidades tampouco de organizações de trabalhadores/as. Dentro desse grupo, outro conjunto revelou que não participa da política votando porque não transferem seus domicílios eleitorais, já que não confiam mais na política e nos políticos. E, ainda, um grupo se mostrou atraído pelo *neofascismo* e populismo, por apoiar incondicionalmente o (des)governo Bolsonaro.

Retomando a pergunta que conduziu a tessitura desse artigo, e após refletirmos criticamente acerca das categorias acima destacadas e como os/as entregadores/as se relacionam com elas, concluímos que esses sujeitos podem ser considerados uma classe em si, de acordo com a acepção *marxiana* que a delimita e por pertencerem ao *preariado*, conforme sustenta Standing (2019). No entanto, consideramos que os entregadores antifascistas podem impulsionar essa passagem para classe para si, na medida em que possuem consciências das contradições do capitalismo e seus corolários para a classe trabalhadora e dos entregadores/as. Para que a passagem ocorra e que os entregadores antifascistas sejam protagonistas dessa passagem, dependerá, em alguma medida, de que forma se darão os diálogos, embates e narrativas entre esse e o grupo que se percebe como empreendedor; e, em grande medida, da maneira pela qual esse último grupo acessará a educação integral/*omnilateral*, se livrar da alienação presente na religiosidade exacerbada, buscar informação de qualidade (buscando se livrar das *fake news*) e participando mais ativamente dos espaços de participação política.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AGAMBEN, Giorgio. **O poder soberano e a vida nua**. 2. ed. Belo Horizonte: Humanitas, 2010.
- ADORNO, Theodor. W. **Educação e emancipação**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Sobre educação e juventude**: conversa com Ricardo Mazzeo; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BORDENAVE, Juan.E.D. **O que é participação?** 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CASTTELS, Miguel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal; tradução Joana Angélica d'Ávila Melo. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FELTRAN, Gabriel. S. Valor dos pobres: A aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**. v. 27, p. 495-512. 2014.
- LIBÂNEO, José. C. O dualismo perverso na escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e pesquisa**, v.38, n.1, 2012, p.13-28.
- MIGUEL, Luís.F. **A reemergência da direita brasileira**. In: SOLANO, Esther(Org.). **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- NÓVOA, Antônio. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.
- SABAINI, Felipe. **Se o Estado não comparece, outras organizações tomam o seu lugar**. A Gazeta, Vitória, ES-Brasil, 02 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/artigos/se-estado-nao-comparece-outras-organizacoes-ocupam-seu-lugar-0820>> Acesso em 10 de fevereiro de 2022.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Pablo. S.M.B dos. **Guia Prático da Política Educacional no Brasil**: Ações, Planos, Programas, Impactos. São Paulo/SP: CENGAGE Learning, 2013.
- SOLANO, Esther (Org.). **O ódio como política**. A reinvenção das direitas no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.